

**Em luta contra a
mercantilização e
a financeirização
da natureza: crítica
feminista e o caso do
Vale do Ribeira**



**Em luta contra a
mercantilização e a
financeirização da
natureza:** crítica feminista
e o caso do Vale do Ribeira

Natália Lobo

São Paulo, novembro de 2022



Em luta contra a mercantilização e a financeirização da natureza: crítica feminista e o caso do Vale do Ribeira

Publicação da SOF Sempreviva Organização Feminista

Pesquisa e redação: Natália Lobo

Edição e revisão do texto: Alessandra Oshiro Ceregatti e Eduardo Urzua

Projeto gráfico e diagramação: Heleni Andrade



Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ).

O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva da SOF e não representa necessariamente a posição da FRL. Somente alguns direitos reservados.



Esta obra possui a licença Creative Commons de “Atribuição + Uso não comercial + Não a obras derivadas” (BY-NC-ND).



SOF Sempreviva Organização Feminista
Rua Ministro Costa e Silva, 36 - Pinheiros
São Paulo/SP – CEP 05417-080
(11) 3819-3876
www.sof.org.br

São Paulo, novembro de 2022

L799

Lobo, Natália.

Em luta contra a mercantilização e a financeirização da natureza: crítica feminista e o caso do Vale do Ribeira / Natália Lobo. – São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2022.
36 p.

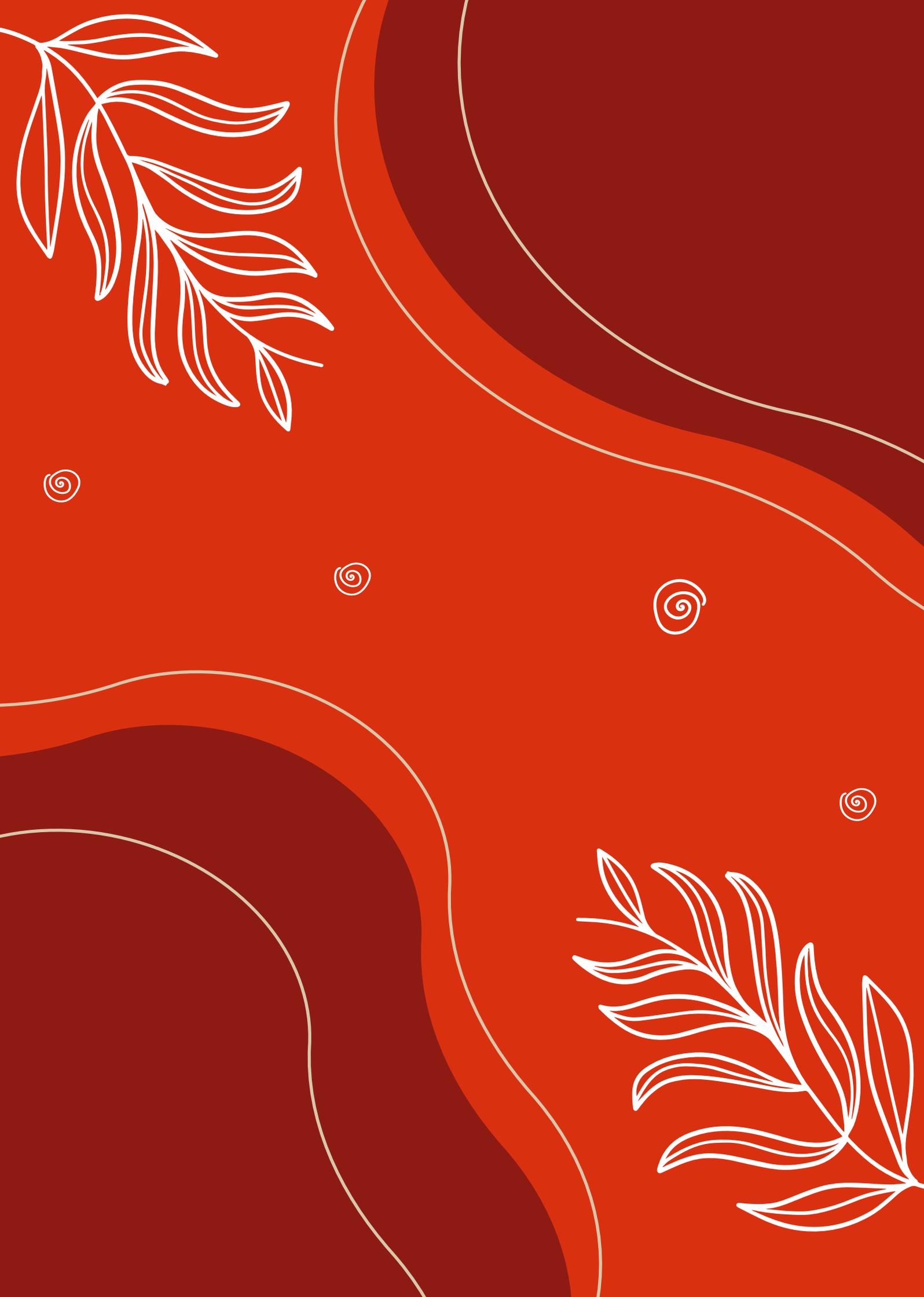
Bibliografia

ISBN 978-65-87591-15-5

1. Ecologia; 2. Meio ambiente; 3. Biodiversidade
I. Título

Sumário

Apresentação	06
1. Contexto geral: avanço da mercantilização e da financeirização da natureza	09
2. Palavras-chave do debate corporativo da economia verde	16
3. Impactos da economia verde nos territórios	20
3.1 Vale do Ribeira: a construção de um território de compensação ambiental	21
4. Financiamento da Economia Verde e neocolonialismo	26
5. Alternativas populares ao domínio do poder corporativo: Políticas Climaticamente Inteligentes x propostas dos movimentos sociais	28
Referências bibliográficas	32
Anexo	33



Apresentação

Este estudo é resultado de uma longa trajetória de elaboração coletiva da Marcha Mundial das Mulheres e nossas alianças políticas sobre o tema da Economia Verde. Aqui, as referências de luta e trabalho conjunto construído ao longo das últimas décadas, em movimento, são mais importantes do que as referências acadêmicas. No trabalho de campo do Vale do Ribeira, no interior do estado de São Paulo, contamos com o apoio das companheiras Isabelle Hillenkamp, Heloise Prevost, Gláucia Marques, Miriam Nobre e Sheyla Saori, tanto na investigação no território quanto na elaboração coletiva¹.

Na primeira parte, a partir de nossa atuação na Cúpula dos Povos paralela à Rio+20, realizada em 2012, apresentamos o contexto geral em que estamos e nossa visão sobre a crise ambiental como resultado do modelo hegemônico de desenvolvimento. Denunciamos as falsas soluções apresentadas pelo mercado como resposta a essa crise, que é um pretexto para avançar o processo de mercantilização e financeirização da natureza, e identificamos a centralidade do território nesse debate.

Na segunda parte, explicamos alguns termos que circulam com frequência no debate ambiental contemporâneo, especialmente no mundo corporativo, o que nos possibilita situar melhor as disputas que se dão no âmbito do sistema multilateral de governo, que inclui as agências da Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Na terceira parte, elucidamos como os projetos de Economia Verde aterrissam nos territórios, com destaque para a região do Vale do Ribeira, que vem sendo construída como local privilegiado de negócios com vistas à compensação ambiental. Contamos com a interlocução e o apoio de Nilce de Pontes, liderança da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), para interpretar as políticas realizadas nesse território. Também apontamos como o financiamento internacional – de países do Norte global e de corporações – a estes projetos tem sido uma estratégia de neocolonialismo.

Na parte final, sistematizamos elaborações de organizações e movimentos sociais (com ênfase para o Grupo Carta de Belém²), que apresentam propostas para uma política ambiental menos pautadas no mercado e mais nos modos de vida e no fortalecimento da soberania e autonomia dos povos. Trazemos

¹ Parte do trabalho de campo realizado no Vale do Ribeira que serviu como importante subsídio a esta pesquisa foi realizado no âmbito do projeto “Gengibre – Relação com a natureza e igualdade de gênero. Uma contribuição à teoria crítica a partir de práticas e mobilizações feministas na agroecologia no Brasil”, financiado pela Agência Nacional da Pesquisa da França (ANR) (projeto ANR-20-CE41-0002-01).

² O Grupo Carta de Belém é uma rede de articulação de movimentos sociais, sindicais, organizações não-governamentais e pesquisadoras/es que atuam na defesa dos direitos à terra e territoriais e socioambientais dos povos do campo e da cidade, frente às crises ambiental e climática. O Grupo estabelece uma visão crítica às falsas soluções de mercado e aos processos de financeirização da natureza apresentados pela economia verde.

também reflexões sobre as condições necessárias para que tal política possa se efetivar na prática.

Vivemos uma onda conservadora patriarcal, racista e heteronormativa em diversas partes do mundo que sustenta o sistema capitalista em sua fase atual. Nesse cenário, os projetos de mercantilização e financeirização da natureza só cresceram, como descreveremos a seguir. A superação deste momento político e a retomada democrática no contexto global é uma condição que possibilita criarmos também outros tipos de relação com a natureza, baseada na expansão dos comuns e na ampliação dos direitos e da soberania dos povos. É para isso que lutamos e é com base nisso que alimentamos a esperança!



1. Contexto geral: avanço da mercantilização e da financeirização da natureza

“Para o feminismo, o capitalismo não tem eco”. Foi com esse slogan que, em junho de 2012, nós da Marcha Mundial das Mulheres tomamos as ruas da cidade do Rio de Janeiro durante a Cúpula dos Povos Rio +20 em conjunto com movimentos sociais do mundo inteiro para denunciar o discurso da “economia verde” como uma resposta falsa do capitalismo frente à crise climática e socio-ambiental que o mundo vivia.

Apontamos que essa crise era resultado do mesmo modelo de desenvolvimento capitalista, patriarcal, racista e heteronormativo, que explora e mercantiliza as vidas, corpos e territórios das mulheres e, da mesma maneira, a natureza, vistas como recursos inesgotáveis a serviço do lucro de empresas.

Também denunciemos a captura da Organização das Nações Unidas (ONU) por corporações transnacionais, o papel das instituições financeiras multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e das coalizões dos países mais ricos, como o G8 e o G20, na transformação da natureza em negócio, sem uma preocupação real da maioria dos governos com o futuro da humanidade e do planeta. Identificamos que, para salvar o sistema econômico-financeiro em crise, tais corporações avançam contra os direitos dos povos, a democracia e a natureza, sequestrando os bens comuns da humanidade.

Na declaração final do encontro, afirmamos nossa reivindicação por justiça social e ambiental, em defesa dos bens comuns e contra a mercantilização da vida, e nos comprometemos – movimentos de mulheres, indígenas, negros, juventudes, agricultores/as familiares e camponeses, trabalhadores/as, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, lutadores pelo direito à cidade, e religiões de todo o mundo – a seguir lutando e construindo novos paradigmas de sociedade.

Dez anos depois, em 2022, continuamos nas ruas e nos territórios fazendo uma luta permanente contra a apropriação da vida pelo capital. Nesse período, observamos a concretização dos mecanismos de mercantilização e financeirização da natureza previstos na “economia verde” e sua implementação por meio de políticas governamentais e empresas privadas que em nada contribuíram para deter a crise ambiental.

Em nossas ações, evidenciamos que a experiência de invisibilidade e desvalorização do trabalho das mulheres no cuidado das pessoas é muito similar ao que acontece com a natureza. O tempo e a energia de cuidar das pessoas, que inclui desde o preparo da comida e a realização das tarefas de manutenção da casa até a disponibilidade para a escuta, não são visíveis e são elásticos. As mulheres

são as primeiras a se levantar e as últimas a dormir na maioria das famílias. Da mesma maneira, o tempo e a energia dos processos de regeneração da natureza são invisibilizados e tratados como impedimentos a serem superados para que a máquina do consumo funcione a todo vapor. As mulheres continuam sendo pressionadas para ajustar lógicas e tempos opostos – o da vida e o do lucro – assumindo a sobrecarga de trabalho que a tensão entre essas esferas gera.

As sucessivas enchentes que causaram tragédias humanas em diferentes estados do Brasil em 2022 – no Rio de Janeiro, em Pernambuco e em Minas Gerais, para citar só alguns – mostram que os efeitos da mudança do clima já estão sendo sentidos e que, depois da tragédia, é o trabalho de cuidado e de reprodução da vida das mulheres que é exigido para dar ordem ao caos.

Chamamos de **mercantilização da natureza** o processo de transformação de partes da natureza em mercadoria, como a terra, a água e as florestas, que até então eram tratadas como bens comuns. Já a **financeirização da natureza** é o processo de transformar partes da natureza em ativos passíveis de serem negociados no mercado financeiro, onde seus rendimentos representam uma fonte permanente de receita para quem detém este ativo. A financeirização da natureza tem se expandido nos últimos anos, acompanhando a mudança na lógica do capitalismo, que tem no rentismo – geração de renda que não vem do processo produtivo e sim da especulação no mercado financeiro – uma parte importante do processo de acumulação de capital.

Crise ambiental e do capitalismo

Em todo o mundo, atravessamos uma crise do modelo de desenvolvimento capitalista. Sua dimensão ambiental tem um grande potencial destrutivo para a reprodução da vida na terra, ameaçando, principalmente, as mulheres e as populações em situação mais precária.

Esse modelo se baseia em megaprojetos destruidores da natureza, como a mineração, o agronegócio, a venda de madeira ilegal e o monocultivo de plantas para produção de energia (cana-de-açúcar e soja, entre outros), que ameaçam as pessoas que vivem nos territórios explorados, seja no campo ou nas cidades. Eles afetam principalmente as pessoas negras e os povos e comunidades tradicionais, que sentem os efeitos da destruição de seus territórios e da contaminação da água e do ar e acabam por ser expulsas de suas terras em uma dinâmica que chamamos de racismo ambiental.

Racismo ambiental é o processo de discriminação que populações negras, tanto as rurais quanto as que vivem nas periferias das cidades, sofre por meio da destruição do meio ambiental. O termo foi criado para visibilizar o fato de que a população negra é maioria nos territórios que são devastados por grandes empresas, como as de mineração, por exemplo, ou por projetos de conservação ambiental que expulsam as comunidades de seus territórios. Assim, fica claro que o impacto dos danos ambientais na saúde e na vida das pessoas não é igual entre todas as pessoas, mas sim tem um componente racista.

Mercado: falsa solução para a crise ambiental

A crise climática, por mais que seja uma realidade urgente, tem sido pautada como único problema ambiental que enfrentamos, em detrimento de outros, como a perda da biodiversidade. Esse olhar reducionista favorece a apresentação de respostas simplistas para o problema, como é o mercado de créditos de carbono, no qual quem polui paga para, em teoria, compensar a emissão de gases do aquecimento global produzidas em sua atividade. Trata-se do que chamamos de falsa solução: além de criar outros problemas e aprofundar desigualdades sociais, os mecanismos de compensação não se detêm sobre a questão principal que é a necessidade de mudanças nos modos de produção, circulação e consumo.

Os créditos de carbono têm seu “lastro” em florestas que, como os oceanos, são “sumidouros” pois retiram da atmosfera mais carbono do que emitem. O controle dessas florestas envolve vigilância e expulsão de comunidades de seus territórios. Além disso, cada vez mais esferas da natureza – por exemplo, a própria terra – são vistas como sumidouros que absorvem carbono, o que aumenta a corrida das corporações por estes lugares, que se tornam essenciais para que seu modelo de negócios possa continuar funcionando.

O **lastro** de um ativo financeiro é o que dá segurança para aquele ativo no mundo real. No nosso debate de crítica à economia verde, consideramos importante afirmar que o lastro dos créditos de carbono, por exemplo, são a terra, o território, as florestas e as águas. Isso tem implicações para as pessoas que vivem nos territórios, pois, para dar segurança ao investimento, elas são inseridas em um determinado regime jurídico que restringe muito seu modos de vida e suas relações com a natureza.

Em nome de solucionar a crise climática, também são feitos diversos megaempreendimentos que destroem a natureza, como é o caso da extração de alguns minérios e terras raras, que avança pelo mundo sendo justificada pela necessidade de produzir placas e baterias para geração e armazenamento de energia renovável.

Crise energética e reforço do colonialismo

O caso da indústria energética também elucida bem o grau de hipocrisia do poder corporativo. Frente aos obstáculos para a União Europeia obter petróleo no contexto da guerra na Ucrânia, as empresas expandiram a exploração de petróleo e gás no norte da África e no Oriente Médio. Assim, em vez de se investir na diversificação da matriz energética e na produção de energia renovável – dando peso à transição energética – optou-se pelo aprofundamento da exploração de combustíveis fósseis não-renováveis e pelo reforço da relação colonialista de países da Europa com países daquelas regiões.

Isso demonstra que a decisão sobre em quais fontes energéticas investir é, para as empresas, baseada antes no lucro fácil e no reforço do colonialismo do que em preocupações ambientais. Desse modo, a defesa da tal “transição” energética feita pelas corporações fica apenas no discurso e só será realizada na prática por elas quando for de seu interesse próprio e não pelos interesses comuns da humanidade. No longo prazo, é possível que realmente haja uma “transição” nas formas de produção, visto que o esgotamento dos recursos é uma realidade cada vez mais próxima. Porém, se ela continuar sendo capitaneada pelo poder corporativo, não será nunca uma transição justa.

Economia marrom e economia verde: duas faces do mesmo poder corporativo

Vivemos um momento em que se ampliam tanto a “economia marrom”, com o aumento da exploração das energias fósseis, quanto os projetos “verdes” (de energia renovável por exemplo). O poder corporativo investe nos dois lados para suprir a demanda energética crescente no mundo e para garantir seus lucros.

A **economia marrom** pode ser descrita como uma forma de desenvolvimento econômico que não considera seus impactos sobre o meio ambiente e tem como base a extração incessante de recursos da natureza para seus processos produtivos. A mineração, o agronegócio, o desmatamento e os megaprojetos que causam grandes impactos ambientais se inserem nesse tipo de economia.

A **economia verde** foi criada como uma tentativa das corporações construir seu lado ambientalmente sustentável, uma vez que as críticas dos movimentos sociais à economia marrom ganhavam cada vez mais força dentro da sociedade. Na prática, a economia verde não questiona os fundamentos da economia capitalista – o que realmente é o cerne da destruição da natureza – e insere mais elementos da natureza no circuito da mercadoria. O carbono, o ciclo da água e a polinização, por exemplo, são processos naturais que se transformam em mercadoria. A partir desta criação de um “capital natural” se criaram mecanismos de circulação deste capital, como o mercado de carbono.

No nível do discurso, tanto as grandes corporações quanto os Estados alegam preocupações ambientais. Na prática, vê-se que quase nenhuma ação efetiva é decidida e cumprida no sentido de mitigar as mudanças climáticas. Por exemplo, no encontro Estocolmo +50, que ocorreu em junho de 2022 como preparação para a Cúpula do Clima (COP 27), nada de realmente importante e efetivo foi decidido: não se falou sobre aumentar as metas dos países ricos no corte de emissões de gases de efeito estufa e também não se definiu nada sobre a responsabilidade dos países mais ricos em contribuir para um fundo de combate e mitigação dos desastres climáticos nos países do sul. Junta-se a isso o fato de que, na última COP, a maior “delegação” presente na conferência foi a da indústria de petróleo e gás, com uma representação maior do que a de qualquer país. Estes fatos simbolizam como os espaços “oficiais” de decisão sobre o tema são, sobretudo, cúpulas de maquiagem verde e lilás das empresas e um espaço para fazer negócios.

Chamamos de **maquiagem verde** as ações que as empresas fazem para parecerem sustentáveis perante o público. É comum que grandes empresas que têm atividades com grande impacto ambiental façam peças de propaganda ou campanhas de “responsabilidade ambiental” que afirmam uma preocupação com a redução de seus impactos. Na realidade, essas ações têm nenhum ou pouco impacto ambiental positivo frente à destruição causada por essas mesmas empresas.

Já a **maquiagem lilás** consiste em ações com caráter publicitário que têm a intenção de transmitir a ideia de que a empresa pratica a justiça de gênero. Elas incluem desde a promoção de cursos de profissionalização para mulheres até o uso de imagem das que ocupam cargos de poder nas empresas. Na prática, são iniciativas que não mudam a vida das mulheres, que são o grupo social mais afetado pelos projetos dessas mesmas empresas.

Corporações, mercantilização e financeirização da natureza

A concentração de gases que provocam o aumento da temperatura global se agravou muito nos últimos anos mesmo diante das inúmeras cúpulas e acordos mundiais sobre as mudanças climáticas. Isso significa que as decisões referendadas por esses espaços estão longe de resolver as causas dos problemas urgentes que enfrentamos.

Afirmamos que não haverá saída para a crise climática enquanto as corporações continuarem com tanto poder. Até o momento, as empresas e os Estados só apresentaram respostas de mercado ao problema climático, tendo como base os mecanismos de compensação e a precificação da natureza. Essas falsas soluções partem da ideia de que as pessoas somente valorizam e cuidam do que é pago. Ou seja, se a natureza não tem preço, as pessoas não são estimuladas a cuidar dela. É este raciocínio que está na base dos projetos de mercantilização e financeirização da natureza, que supostamente imputam um custo pela destruição. Na prática, os bilionários continuam produzindo o que querem e comprando li-

cenças para poluir e o problema segue crescendo. Por outro lado, quem historicamente cuidou da natureza – os povos e comunidades tradicionais, a agricultura familiar agroecológica, as pessoas envolvidas com o cuidado da reprodução da vida em suas comunidades – sempre o fez lutando para que ela continuasse sendo um bem comum, fora do mercado e não submetida a sua lógica.

Centralidade do território no debate ambiental

Por tudo o que mencionamos antes, é fundamental pautar a centralidade dos territórios no debate ambiental e climático. Primeiro, porque é o local onde os efeitos tanto dos projetos de destruição quanto dos projetos de compensação são de fato sentidos. Na Marcha Mundial das Mulheres, observamos que o avanço dos megaprojetos, das iniciativas de compensação e da digitalização em todo o mundo não ocorre de maneira solta: eles se materializam em um avanço e exploração concreta sobre terras e territórios.

A digitalização é um processo que transfere muitas das coisas que fazemos em nosso cotidiano para o formato digital, onde tudo pode ser lido e processado por computadores, softwares e aplicativos. São conversas com pessoas próximas, agendamento de consultas, envio de fotos e documentos, pagamentos de contas, acesso a políticas públicas – como o auxílio emergencial – e a prática política nas redes sociais, entre outras atividades. É um processo muito acelerado, de convergência tecnológica, que expande o controle e a vigilância sobre as pessoas e tem como requisito a extração massiva e incessante de dados. Esse conjunto de informações serve para a manipulação dos comportamentos dos seres humanos e da natureza, para os monopólios e para a geração de lucro para o poder corporativo³.

No Brasil, por exemplo, vemos nos últimos anos o aprofundamento da concentração fundiária, o ataque aos direitos territoriais, com congelamento da titulação de terras de povos e comunidades tradicionais e da reforma agrária, e o aumento da compra de terras por estrangeiros. Todos esses elementos, que resultam na falta de soberania dos povos sobre seus territórios, são essenciais para as empresas realizarem seus negócios. Os planos do poder corporativo e a soberania popular e territorial vão, necessariamente, em sentidos opostos.

Segundo, é importante pautar o território porque é nele que os processos de luta e as respostas concretas ao poder corporativo estão se desenhando. Quando as mulheres colocam seu corpo em defesa do território, em ações de enfrentamento às empresas ou se recusando a trabalhar na roça em que o marido está aplicando veneno, elas realizam um enfrentamento cotidiano ao modelo vigente. Também são elas que continuam se relacionando com a natureza a partir do comum, mostrando que se trata de uma mentira a afirmação de que a proteção da natureza só é possível quando ela vira uma mercadoria passível de apropriação privada.

³ Para saber mais, veja o vídeo “Crítica feminista ao poder corporativo: a digitalização” disponível em: www.youtube.com/watch?v=woYom3SK79E.

O **comum** é um princípio político anticapitalista que se refere tanto a um conjunto de coisas que são geridas de forma comum como também à própria prática de gerar compartilhamento. Ou seja, ele é, ao mesmo tempo, os bens que são de uso comum entre as pessoas e a própria ação de fazer com que esses bens sejam compartilhados naquela comunidade. Muitos movimentos sociais contra o neoliberalismo e a globalização aderiram a esse princípio, que se expressa na frase: “Não existe comum sem comunidade!” Desde o feminismo, afirmamos as práticas coletivas de cuidado com as pessoas e com a natureza como lutas políticas vinculadas ao comum.

O desmonte das políticas ambientais e territoriais dos últimos anos foi intencionalmente realizado para dar lugar a novas políticas, muito mais próximas à lógica neoliberal e que já começaram a ser implementadas. No Brasil, por exemplo, desde a instituição do novo Código Florestal, boa parte da arquitetura jurídica ligada ao tema da conservação ambiental foi transformada para possibilitar novos tipos de negócios nos territórios, excluindo da decisão as pessoas que vivem neles e os constroem todos os dias.

Na Marcha Mundial das Mulheres, pensamos que os modos de produção e consumo têm que atender às necessidades reais das pessoas, e não do mercado. Nesse sentido, não é possível discutir sobre crescimento econômico como um valor em si, sem fazer as perguntas “produção para quê, como e para quem?” que muitas vezes são acompanhadas da pergunta adicional “contra quem?”. Também colocamos a importância de planejar a escala – o tamanho e a concepção dos empreendimentos – e a centralização ou descentralização da produção, aspectos que na maior parte das vezes estão intimamente ligados aos impactos que esta produção tem sobre as pessoas, seus territórios e modos de vida.

Pautamos a soberania como uma condição inegociável da produção alimentar, energética e tecnológica. Ao falar de soberania, falamos não só da soberania nacional e regional, mas também da soberania popular e dos povos, que se materializa, por exemplo, no direito à autodeterminação, a ter terra para produzir seu próprio alimento, a escolher como e o que produzir e no direito das pessoas sobre seus dados. A democracia é uma dimensão fundamental e totalmente incontornável desta soberania e só é possível se a participação popular estiver no centro da política. Por fim, acreditamos que a construção de verdadeiras soluções para a crise ambiental só será possível com menos poder corporativo e mais poder para as esferas públicas e comunitárias.

2. Palavras-chave do debate corporativo da economia verde

O debate corporativo sobre a natureza atualmente tem sido guiado por algumas noções chaves, construídas por sujeitos que enxergam o mercado como parte importante para a saída da crise ambiental. São palavras recorrentes em negociações e debates em órgãos oficiais, como as diversas cúpulas e convenções multilaterais no âmbito dos espaços de governança global, nos discursos e propagandas empresariais e nas conversas sobre estes temas.

Múltiplas partes interessadas

O mecanismo de “**múltiplas partes interessadas**” (ou “*multistakeholder*” em inglês) está relacionado à solução de conflitos e temas complexos. Com isso, o papel dos Estados, antes considerados os agentes legítimos para tomada de decisões, é reduzido e transferido para um conjunto de empresas, personalidades importantes, organizações da sociedade civil ou filantrópicas, instituições financeiras multilaterais, entre outras, com base no argumento de aumento da participação e da eficiência.

A partir dessa ideia, grupos privados, incluindo agentes do poder corporativo, têm uma entrada privilegiada nos locais de governança global e dão o tom e o caráter da elaboração de políticas para enfrentar problemas concretos. São grupos reconhecidos por terem expertise e acúmulo em relação a um tema em particular e que, portanto, têm sua autoridade reconhecida em suas posições. Porém, no geral, privilegiam soluções de mercado para os problemas ambientais e não alternativas construídas desde os povos.

Essa lógica está sendo imposta a diferentes campos, como saúde, educação, agricultura e acesso à internet, tendo impactos concretos em questões urgentes da vida das pessoas que estão sendo resolvidas de forma nada democrática, colocando interesses do mercado em primeiro lugar e não o bem comum. No âmbito da governança ambiental, alguns exemplos de “*multistakeholders*” são o Natural Capital Coalition, Capitals Coalition, Natural Climate Solutions Alliance and Nature for Climate.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Boa parte da inserção das corporações nos espaços de decisão multilateral é feita “em nome” do cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a chamada Agenda 2030. Esse pacto foi assinado em 2015 por 193 países no âmbito da ONU e definiu 17 metas para atingir o desenvolvimento sustentável até 2030, entre elas, a erradicação da pobreza e da fome, a redução da desigualdade e o combate à mudança climática.

Os movimentos sociais têm se colocado contra a lógica que está por trás dos ODS desde a sua criação, denunciando que esta foi a forma de inserir o setor privado dentro do sistema multilateral da ONU para pautar as políticas públicas e o papel do Estado, privilegiando seus interesses de negócio e não o combate real às causas dos problemas que atingem a sociedade.

Assim, empresas responsáveis por atividades que desmatam matas e florestas, poluem rios, contribuem para o adoecimento da população com agrotóxicos ou expulsam povos do campo, indígenas e quilombolas de seus territórios se utilizam dos ODS para limpar sua imagem e, ao mesmo tempo, se inserir na esfera pública como agentes legítimos da tomada de decisão na política.

Na prática, vemos que os ODS não são de fato cumpridos e que a inserção dessas empresas, além de não representar nenhuma melhoria na vida das pessoas, apenas colaborou para desmontar as políticas públicas existentes e aumentar o poder do capital sob a lógica do neoliberalismo.

A apropriação da pauta dos movimentos socioambientais tem também o objetivo de ampliar a competitividade por consumidores e evitar sanções e prejuízos comerciais em um momento em que o público consumidor cada vez mais valoriza governos, instituições e empresas comprometidas com a responsabilidade social e ambiental.

Desde o feminismo, temos criticado a forma como os ODS são utilizados para se apropriar de nossas lutas históricas e limpar a imagem das corporações. É o caso, por exemplo, de empresas de cosméticos que se afirmam como feministas apenas porque têm mulheres inseridas na cadeia de vendas, em postos de trabalho sem direitos, altamente precarizados e que reforçam a divisão sexual do trabalho. Da mesma maneira, diversas empresas se utilizam do trabalho e da imagem de pessoas não brancas para se afirmarem como antirracistas.

Soluções Baseadas na Natureza

A expressão “Soluções Baseadas na Natureza” (SbN) nasceu no âmbito do setor de conservação do Banco Mundial. Trata-se de tentativas de pensar políticas públicas e tecnologias com base nas capacidades da natureza. É o caso, por exemplo, de ações de restauração de vegetação para evitar enchentes e deslizamentos ou de proteção e gerenciamento de áreas de conservação para manter a biodiversidade.

Apesar de já ter sido utilizado em projetos não vinculados diretamente aos mercados, as soluções baseadas na natureza têm sido apropriadas pelo poder cor-

porativo para, na prática, realizar “espoliações baseadas na natureza” – termo crítico criado pelo Movimento Mundial de Florestas Tropicais⁴, ou seja, para fundamentar projetos que aumentam cercamentos e expulsões de pessoas das suas terras.

Na Convenção da Diversidade Biológica (CDB), o termo geralmente é usado para falar sobre planos de aumentar as áreas protegidas do mundo, que depois são inseridas no mercado mundial como sumidouros de carbono. A proposta de muitos países, organizações e corporações nas negociações é a de inserir 30% das terras e 30% dos oceanos do mundo em um regime de proteção⁵.

Emissões líquidas zero

As corporações e Estados neoliberais também têm se utilizado muito do conceito de “emissões líquidas zero” (ou “*net zero*”) em seus planos de “transição verde”. É comum encontrar tanto países quanto empresas que se comprometem em atingir esta meta na redução dos gases do efeito estufa até o ano de 2050, vinculada ao previsto no Acordo de Paris.

Quando se fala em emissões “líquidas” abre-se mais uma brecha para o mercado da compensação atuar, uma vez que se permite aos países mais desenvolvidos continuarem a manter os mesmos níveis de emissão de gases desde que se compense o que foi emitido com aquisição de créditos de carbono ou com outras ações de proteção, restauro e conservação da natureza na mesma proporção. Seguindo essa lógica, uma empresa que emite 300 toneladas de gás dióxido de carbono (CO₂) em seu processo produtivo pode continuar produzindo e lucrando da mesma forma, desde que compre créditos de carbono compatíveis com esta quantidade de emissões, chegando a um “jogo de soma zero”.

Com isso, a tendência é que o mercado de créditos de carbono se consolide e cresça cada vez mais em nível global para ofertar as compensações que são intrínsecas a este modelo. Há bancos que já estão investindo nesse tipo de negócio, inclusive inserindo as terras e a produção da agricultura familiar e tradicional como lastro desses créditos. Um exemplo é o Rabobank, um banco privado que tem financiado comunidades rurais a fazerem agroflorestas que serão inseridas no mercado de carbono. No Brasil, o banco já financia uma parceria entre uma *startup* holandesa (a reNature) – que também tem desenvolvido projetos em países da África e Ásia – e a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (Camta), que implantou novas áreas de agrofloresta e gerou 242 créditos de carbono no novo *marketplace* do Rabobank. Esses créditos foram comprados pela Microsoft em uma ação vinculada com sua meta de zerar emissões líquidas até 2030. Os mesmos foram gerados a partir de uma pequena área de terra (53 hectares), mas o

⁴ Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. A natureza NÃO é uma “solução”. **Boletim WRM** n. 255, maio de 2021. Disponível em: <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/a-natureza-nao-e-uma-solucao> Acesso em: 10 de out. de 2022

⁵ Para saber mais sobre as Soluções Baseadas na Natureza sua apropriação corporativa, ver a fala de Kirtana Chandrasekaran, Co-coordenadora de Soberania Alimentar de Amigos de da Terra Internacional, na segunda conversa da série “Soberania Alimentar e Agroecologia em Litígios”, organizada pela ANAMURI, REDES - Amigos da Terra Uruguai, Sempre Viva Organização Feminista (SOF), Sociedade Científica Latino-Americana de Agroecologia (SOCLA) e a Fundação Heinrich Böll – Cone Sul, disponível em: <https://www.facebook.com/sofsempreviva/videos/1018232235588223>. Acesso em: 10 de out. de 2022

plano da *startup* é alcançar 100 milhões de hectares regenerados, envolvendo 10 milhões de produtores em diferentes países até 2030 (LOPES, 2021)

Assim como a Microsoft, outras grandes empresas (como Amazon, Shell, Nestlé, Cargill, Syngenta e BHP Billiton) têm assumido compromissos de zerar suas emissões em alguns anos (geralmente entre 2030 e 2050). Os planos destas grandes empresas estão respaldados majoritariamente em um estudo científico de B. W. Griscom et al (2017) chamado *Soluções Naturais para o Clima*. Boa parte dos autores desse estudo estão vinculados à organização The Nature Conservancy (TNC) e afirmam que o reflorestamento é um fator essencial para mitigar as mudanças climáticas. O estudo defende que seria necessário reflorestar aproximadamente 678 milhões de hectares no mundo para conseguir atingir as metas climáticas às quais ele se propõe. Esta área corresponde a aproximadamente o tamanho de um país como o Brasil. (SCHMIDLEHNER, 2022)

Avaliamos que a implementação de uma proposta de reflorestamento como essa é, na realidade, quase impossível, pois resultaria em muitos conflitos fundiários uma vez que significa avançar sobre terras já habitadas e produtivas.

“Será que os autores da pesquisa eram mesmo tão ingênuos? Certamente não é o caso. O interesse das grandes ONGs ambientalistas como a TNC, em última análise, não consiste em elaborar programas que fossem exequíveis e que efetivamente evitassem ou mitigassem o colapso climático. Estas organizações, que hoje se assemelham muito mais a empresas multinacionais do que intervenientes da sociedade civil, precisam antes de tudo criar a aparência de uma solução “propositiva” alinhada aos interesses econômicos de seus financiadores.” (SCHMIDLEHNER, 2022)

Nesse sentido, os planos de “emissões líquidas zero” das empresas se reduzem a peças publicitárias, construídas com afirmações sem fundamento na realidade, com o objetivo maior de garantir mais possibilidades de negócios baseados na especulação financeira e nos mercados de créditos de carbono.

3. Impactos da economia verde nos territórios

As mudanças na forma como o tema do ambiente vem sendo trabalhado pelos Estados e pelas empresas resultam em destruição de modos de vida nos territórios e no cotidiano das comunidades ao redor do planeta. Há inúmeras similaridades no *modus operandi* das empresas e organizações que implementam os projetos de economia verde, tanto no Brasil quanto em outros países do Sul global. Isso aponta para a existência de uma estratégia corporativa pré-definida para sua implementação e que as “falhas”, ou seja, as violações de direitos que os projetos causam às comunidades, não são “erros de percurso” mas, sim, parte intrínseca desse modelo de negócios.

Em 2010, teve início no estado do Acre, na região Norte, uma política de Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), que pode ser incluída no rol de “Soluções Baseadas na Natureza”. Leticia Yawanawa, liderança indígena local que é parte do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM), relata o impacto desse projeto sobre a comunidade 12 anos após sua implementação:

“Em 2010, quando o governo do Acre assumiu a política do REDD+ decretou o ‘fogo zero’ e veio com a ‘bolsa verde’. Era um pagamento trimestral em compensação pelo fato que o povo não podia mais abrir uma roça na floresta, o que é um prejuízo cultural irre recuperável porque as mulheres, tanto as indígenas como as mulheres das populações tradicionais extrativistas, sempre foram quem trabalhava na roça. Com essa proibição a partir de 2010, deixaram de produzir. E a comida é uma das coisas fundamentais na vida; sem comida ninguém consegue viver e ser feliz. As mulheres plantavam legumes e vendiam. Hoje as pessoas dependem de comprar comida, arroz polido que vem de outro estado, do Mato Grosso. A ‘bolsa verde’ é uma esmola, não sei se já aumentou o valor, mas era 100 reais [menos de US\$ 19] por mês. E, neste momento, o ICMBio está distribuindo sacolões de produtos industrializados dentro da Reserva. Então, é uma coisa que afeta a vida das mulheres profundamente porque ela também deixa de passar para os filhos essa cultura de se produzir aquilo que consome, sem agrotóxicos, de qualidade, na própria comunidade.” (YAWANAWA *et al.*, 2022)

Além dos efeitos sobre as pessoas, principalmente sobre as mulheres, há também casos em que as comunidades estão inseridas em projetos de REDD+ sem seu conhecimento. Isso é o que revelou uma investigação da Agência Pública⁶

⁶ ANJOS, Anna Beatriz. Empresa vende créditos de carbono sobre terras públicas na Ilha do Marajó. **Pública – Agência de Jornalismo Investigativo**, 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/05/empresa-vende-creditos-de-carbono-sobre-terras-publicas-na-ilha-do-marajo/> Acesso em: 10 de out. de 2022.

sobre a comercialização de créditos de carbono realizada pela empresa Ecomapuá Conservação, com base em duas unidades de conservação federais localizadas no estado do Pará: as Reservas Extrativistas (Resex) Mapuá e Terra Grande-Pracuúba, na Ilha do Marajó.

Grandes empresas como Santander, Deloitte, Barilla e Air France estão entre as compradoras dos créditos que foram gerados sem a ciência da Associação de Moradores das Resex e sem compartilhar nenhum benefício com as pessoas que ali vivem e que são as que efetivamente conservam a floresta e possibilitam que o carbono seja capturado da atmosfera.

A violação de direitos das comunidades também ocorre em outros projetos “verdes”, como os de geração de energia renovável. Cada vez mais movimentos e organizações sociais no Brasil, principalmente na região Nordeste, têm denunciado o impacto que os parques eólicos e solares causam em suas vidas como insônia, perda de audição, problemas neurológicos e de saúde respiratória e outras doenças relacionadas à saúde mental. A vibração dos aerogeradores provoca rachaduras nas cisternas que coletam água, bem como em paredes e chãos das casas, que correm o risco de desabamento. A militarização desses territórios e a violência contra as mulheres também aumentaram. Há cerceamento de movimento de crianças, agricultores e também da fauna, que não pode mais circular por áreas onde agora estão os parques eólicos. Na Paraíba e no Rio Grande do Norte, as mulheres da Marcha Mundial das Mulheres e da Marcha pela Vida das Mulheres estão em luta constante contra essas grandes empresas de energia e têm questionado como uma energia que se coloca como “limpa” pode causar tanta destruição⁷.

3.1 Vale do Ribeira: a construção de um território de compensação ambiental

A região do Vale do Ribeira, divisa entre os estados de São Paulo e Paraná, é marcada por diferentes conflitos fundiários e ambientais. Desde o fim do século XX, a política ambiental do território tem sido regida pela instauração de diversas unidades de conservação (UCs), que abrangem territórios onde já havia a presença de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos e caboclos) e da agricultura familiar. Estas comunidades travaram lutas pela mudança de modelo de algumas unidades de conservação, que passaram a ser relativamente mais flexíveis em relação à presença humana e à preservação de seus modos de vida (BIM, 2012).

Nesse território também há projetos de Economia Verde se desenvolvendo cada vez mais. Dentre eles, destaca-se o **Conexão Mata Atlântica**, uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, com financiamento internacional do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que instalou programas de pagamento de serviços ambientais (PSA) em diversos municípios cobertos pelo bioma Mata Atlântica.

⁷ PESSOA, Bianca. Os parques eólicos e a resistência das mulheres no Brasil. **Capire**, 2022. Disponível em: <https://capiremov.org/multimedia/video/os-parques-eolicos-e-a-resistencia-das-mulheres-no-brasil/> Acesso em: 10 de out. de 2022

Outras organizações também desenvolvem projetos similares na região. A organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) **Iniciativa Verde**, por exemplo, atua nos municípios de Guapiara, Sete Barras, Cajati e Barra do Turvo. Segundo a própria organização, sua atividade principal é “o fomento à redução de emissões dos gases de efeito estufa (GEE) [...] em especial com a elaboração de inventários de emissões e com o sequestro de carbono por meio da recomposição florestal da Mata Atlântica”.

Mais recentemente, a **Fundação Florestal** – ligada à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo (Sima) – criou seu programa “PSA Juçara” nas zonas de amortecimento de diferentes UCs do Vale do Ribeira e do Parque Estadual da Serra do Mar. O programa pretende remunerar os quilombolas e agricultores que realizarem plantios da palmeira juçara durante o período de cinco anos.

Há ainda o projeto SiAMA – Sistemas Agroflorestais na Mata Atlântica, que promove os sistemas agroflorestais (SAFs) na região “como estratégia de desenvolvimento regional de modo a enfrentar a mudança do clima e contribuir para o combate à pobreza”⁸. O projeto é realizado pela **Agroicone** junto com a Iniciativa Verde e outras organizações com o objetivo de realizar ações de capacitação em agrofloresta com foco em restauração ecológica, conversão produtiva e geração de renda. Pretende-se ainda criar mercados para a comercialização dos produtos da agrofloresta, com base na lógica de produtos carro-chefe.

Por enquanto, a maior parte dos projetos mencionados não gera créditos de carbono a serem negociados no mercado financeiro. A origem do financiamento também é distinta. Alguns contam com financiamento público e outros, com dinheiro da iniciativa privada. Em todos os casos, chamamos atenção para algumas características que eles têm em comum e que, desde o nosso ponto de vista, privilegiam a lógica da Economia Verde e do mercado, em detrimento da valorização dos modos de vida das comunidades e do fortalecimento de economias populares.

Desenvolvimento por quem e para quem?

As iniciativas citadas mantêm a lógica hegemônica de desenvolvimento para o território, onde o objetivo é entrar cada vez mais no mercado capitalista para trazer investimentos e “crescimento econômico” para a região. Nesse sentido, elas estão alinhadas ao programa “Vale do Futuro”, idealizado na gestão do então governador do estado e empresário João Doria. Ele consiste em aumentar a exploração de minérios e obras de infraestrutura que favorecem o setor privado por um lado, ao mesmo tempo em que promete criar programas de turismo de base comunitária e de valorização das comunidades tradicionais que, até agora, foram implementados de forma totalmente vertical, sem nenhum diálogo com os povos do Vale do Ribeira.

São projetos que também não alteram a lógica de “cadeia de valor” a partir de um produto “carro chefe” no processo de comercialização. Geralmente, a banana, o palmito e o fruto da palmeira juçara são colocados como os produtos

⁸ Sistemas agroflorestais na Mata Atlântica como estratégia de desenvolvimento regional. **Portal Siama**. Disponível em: <https://www.agroicone.com.br/portfolio/siama/> Acesso em 10 de out. de 2022

que merecem obter investimento para gerar renda mais adiante. A cada vez, um novo produto é descoberto e sua produção é incentivada como a “aposta do momento”. Essa lógica ignora o fato de que as mulheres do Vale do Ribeira realizam uma agricultura extremamente diversa em seus quintais e que é isso que tem garantido a soberania alimentar do território até os dias atuais.

Ainda sobre o questionamento aos programas que centram a conservação ambiental em uma só espécie ameaçada de extinção, como é o caso da juçara, trazemos a elaboração de uma agricultora da RAMA que, ao comentar sobre o projeto PSA Juçara da Fundação Florestal, colocou que as pessoas cuidariam do palmito e o plantariam sem necessidade de pagamento por isso caso pudessem consumi-lo, o que hoje é uma prática criminalizada⁹. Porém, com as políticas atuais de conservação da juçara, a polícia ambiental passou a perseguir não só os “palmiteiros”, que extraem grandes quantidades de palmito de forma ilegal, mas também os moradores das comunidades que o extraíam para autoconsumo, inibindo totalmente seu manejo. Esse tipo de política ambiental ignora que a coexistência entre humanos e outras espécies pode ser benéfica para o ambiente e que as comunidades tendem a cuidar e a reproduzir as plantas que estão inseridas em sua alimentação. A etnobotânica Patrícia Howard (2003) demonstra esse fato em suas pesquisas. Elas demonstraram que boa parte da biodiversidade de plantas que conhecemos hoje só existe porque as mulheres cuidaram delas para fins medicinais, culinários e ornamentais ao longo do tempo.

Ainda que a maior parte desses projetos não esteja – por hora – vinculado ao mercado de carbono, eles criam as bases para que isso possa acontecer em breve. O projeto Conexão Mata Atlântica, por exemplo, tem um forte componente de pesquisa e monitoramento voltado à compreensão do ciclo do carbono que ocorre nas áreas produtivas inseridas no programa. Esse tipo de estudo gera dados importantes para a implementação e consolidação de negócios no mercado.

Perda de autonomia das comunidades

Agricultores que participaram desses projetos e que, portanto, consolidaram áreas de Sistemas Agroflorestais ou de reflorestamento em suas propriedades, têm sido procurados por empresas que querem compensar as emissões de carbono que resultam dos processos produtivos que estas realizam. Porém, a resistência das comunidades em assinar contratos de longa duração dificulta esse ambiente de negócios.

Normalmente, os contratos que regem acordos de compensação ambiental têm prazos que variam de 30 até 99 anos. Para Nilce de Pontes, liderança quilombola do Vale do Ribeira e dirigente da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), os contratos de longa duração são justamente um dos as-

⁹ A resolução SMA 189 estabelece alguns critérios e procedimentos que, quando seguidos, permitem a exploração sustentável de espécies nativas como a juçara. Em teoria, se as comunidades seguissem essas regras e gerassem a Declaração de Origem Florestal (DOF) poderiam plantar, manejar e transportar a palmeira juçara de forma legal. No entanto, na prática, a relação histórica das comunidades com os órgãos ambientais é a de controle e criminalização e há pouquíssimos técnicos e funcionários públicos que dão assistência para a geração desses documentos. Portanto, a imensa maioria das comunidades nem sabe que é possível fazer tais trâmites legais e afirma que teria receio de fazê-lo e, na prática, serem criminalizadas da mesma forma.

pectos que mais viola os direitos das comunidades. Quando se assina um desses contratos, perde-se totalmente a soberania sobre as decisões relativas àquela área: como ela será manejada, o que se irá plantar, como e quando. Ela cita a existência de contratos que impedem até mesmo a coleta de sementes e o trânsito de pessoas nas áreas. Isso coloca em risco a própria reprodução dos modos de vida entre gerações, pois os filhos de uma família frequentemente se deparam com a impossibilidade de fazer agricultura em determinadas partes de sua terra devido a um compromisso firmado por seus pais.

Nilce também pontua que a origem do financiamento dos projetos de Economia Verde é um fator de risco para as comunidades. Quem detém o dinheiro frequentemente detém o direito de uso e de extrair informações sobre aquela área. Em uma realidade como a brasileira, em que a questão fundiária e o direito à terra dos povos e comunidades tradicionais continuam sendo motivos de conflito e luta, ceder um direito desse tipo para organizações externas representa uma ameaça e um entrave para a luta pelo território.

A forma de trabalho que é imposta pelos projetos também é outro problema. Frequentemente, as pessoas das comunidades são inseridas em trabalhos precários e com jornadas exaustivas nas áreas de reflorestamento, realizando, por exemplo, plantio e limpeza da vegetação, que são condições contratuais para fazer parte dos projetos de PSA. É comum que pessoas das comunidades, normalmente aquelas que alcançaram algum grau de educação formal, sejam contratadas para a parte técnica dos projetos. Considerando que estamos falando de comunidades pequenas, onde a maior parte das pessoas possui algum grau de parentesco, o fato de ter alguém da comunidade como agente do projeto é mais um fator que leva a comunidade a sentir que deve participar por confiar naquela pessoa em específico ou até por um medo de que, caso o projeto fracasse, ela venha a perder o emprego.

Municipalização da economia verde

Apoiar prefeituras para que criem seus próprios programas de PSA é o que está previsto no âmbito do estado de São Paulo para o futuro. Segundo gestores das pastas de Infraestrutura e Meio Ambiente, isso seria importante para que os PSA fossem mais alinhados aos problemas e características de cada território e não um modelo único que não se adequaria bem à realidade de todos os municípios.

Responsáveis pelas Áreas de Preservação Ambiental (APA) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (MOJAC) avaliam que o formato PSA em implementação dentro do Programa Juçara é uma boa política, com muitas “potencialidades”. Isso indica que, ao menos nesses territórios, os próprios gestores das políticas públicas têm apoiado o modelo da Economia Verde. Enquanto isso, as comunidades seguem lutando por demandas históricas que nunca são atendidas, como a titulação de seus territórios e uma política ambiental que não criminalize seus modos de vida.

Analisando o caso dos municípios do Vale do Ribeira, fica claro como a lógica da Economia Verde e da conservação sem gente se impõe aos pequenos municípios,

mesmo que isso não seja a vontade das comunidades ou até mesmo das gestões municipais. Por meio de mecanismos como o ICMS ecológico, por exemplo, cria-se uma realidade em que o orçamento do município é dependente de suas áreas conservadas (quanto maior a porcentagem da área do município inserida em Unidades de Conservação, maior a porcentagem do imposto a ser repassado pelo estado ao município). Nilce de Pontes chama atenção para o fato de que as prefeituras não são transparentes sobre o uso desses recursos e que eles não são voltados para apoiar os povos e comunidades e a agricultura agroecológica. Isso abre debates tanto sobre a lógica de financiamento das políticas públicas quanto sobre a falta de democracia nas decisões sobre o orçamento.

4. Financiamento da Economia Verde e neocolonialismo

O financiamento da maior parte dos projetos citados aqui vem de organizações, iniciativas ou fundos de países localizados no Norte global. Como já explicado, o avanço da Economia Verde tem relação com os novos cercamentos e a inserção de partes da natureza no mercado. Esses processos estão na base do discurso da “retomada verde” da economia, levada a cabo por diversos países da União Europeia após a pandemia do coronavírus.

Nessa dinâmica, as políticas agroalimentares e energéticas estão sendo reconfiguradas, mas a lógica colonialista não: os territórios do Sul global continuam a ser colocados como fronteiras disponíveis para expansão do mercado. A ampliação de novos cercamentos sobre o mundo e a criação de territórios de compensação no Sul global, com financiamento de países e corporações, serve para que o modo de produção e consumo e o crescimento econômico do Norte global continuem da mesma maneira, sem alterações, sob a justificativa de que a dívida ambiental está sendo paga em outro lugar.

Visibilizar os caminhos dos recursos que financiam os projetos da Economia Verde pode nos dizer coisas importantes sobre os interesses por trás destes projetos. Mesmo quando eles não estão voltados imediatamente para a geração de ativos ambientais para o mercado, isto é, quando não são geradores de créditos de carbono, por exemplo, acreditamos que é importante manter a vigilância e a crítica a tais projetos devido a seu caráter neocolonialista, às reconfigurações territoriais que provocam, à concentração do poder nas corporações e às imposições de mudanças nos modos de vida das comunidades, entre outros aspectos.

No caso do Conexão Mata Atlântica, que é uma política pública a ser executada em 5 anos, a origem do financiamento – cerca de pouco mais de US\$ 31 milhões – é o Fundo Global para o Meio Ambiente (*GEF*, na sigla em inglês), formado principalmente pelos países do Norte. O GEF foi concebido pelo Banco Mundial e tem seu funcionamento pautado pela lógica dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Já o projeto Siamá é financiado pelo programa do Reino Unido chamado UK PACT – Parceria para Transições Aceleradas do Clima. Esse programa apoia países selecionados na implementação de projetos para a redução de emissões de carbono de acordo com suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (*NDCs*, na sigla em inglês). As *NDCs* são metas assumidas dentro do Acordo de Paris, que tem por trás a lógica das emissões líquidas zero. Ou seja, é um programa que empurra aos países do Sul a lógica de “política climática” e, dessa maneira, impõe modelos de desenvolvimento externos aos povos.

A organização Iniciativa Verde tem como um dos seus principais objetivos a inserção de territórios como o Vale do Ribeira – mas também outros – em projetos de compensação. Em sua página na internet, é possível consultar o nome das empresas que pagam pelos reflorestamentos realizados inclusive dentro de territórios coletivos e/ou públicos como o Parque Estadual do Rio Turvo e Assentamentos da Reforma Agrária. Elas incluem as lojas Renner, WalMart e Leroy Merlin¹⁰.

Em um cenário de consolidação da política agrária sob a lógica do governo Bolsonaro, que tem promovido a titulação individual dos lotes¹¹, esse tipo de negócio de compensação ambiental dentro de assentamentos deixa as famílias mais suscetíveis a entregarem suas terras para o agronegócio em uma situação de crise econômica, promove a concentração da terra nas mãos do capital, destrói a soberania alimentar dos territórios e tende a empurrar as famílias rurais para as periferias urbanas.

Desafios para a resistência

A partir dessas constatações, ficam algumas perguntas: diante da enxurrada de financiamentos externos e privados para falsas soluções de mercado, onde fica o financiamento público para enfrentar a crise ambiental?

A análise do orçamento das unidades de conservação e da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo mostra que há um desmonte programado de políticas públicas que deveriam ser muito valorizadas e fortalecidas, como é o caso da política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Essas políticas são mantidas apenas em alguns territórios e por meio de projetos como o Conexão Mata Atlântica, que tem um período de execução e abrangência muito reduzidos.

Da mesma forma, vemos políticas que deveriam ser valorizadas e ter recursos previstos no orçamento público sendo realizadas através de fundos compostos por multas ambientais. É o caso do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), que tem por objetivo financiar programas e ações na área de recursos hídricos no estado de São Paulo. Esse tipo de política se baseia no princípio do “poluidor-pagador”, que não coíbe a destruição da água. Nesse paradigma, é preciso que haja poluição, que vai gerar multas e, com isso, recursos para projetos de cuidado dos rios e da natureza.

Desde a nossa luta feminista, propomos outro jeito de pensar as políticas públicas e seu financiamento, colocando o cuidado com a natureza como eixo principal já que este é o pilar primordial da sustentabilidade da vida. Essas políticas seriam executadas em alianças público-comunitárias, com as comunidades tendo a possibilidade de se apropriar das potencialidades das políticas públicas para construir e fortalecer os bens comuns.

¹⁰ Para saber mais sobre os projetos de compensação executados pela Iniciativa Verde dentro do Parque do Rio Turvo e outras localidades ver: <https://iniciativaverde.org.br/area/barra-do-turvo-2014>. Acesso em: 10 de out. de 2022

¹¹ Sobre a crítica à política de titulação individual de lotes nos assentamentos de reforma agrária, ler: MST. “Objetivo do governo Bolsonaro é desestruturar a Reforma Agrária”, denuncia MST em Coletiva. **Portal do MST**. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/05/31/objetivo-do-governo-bolsonaro-e-desestruturar-a-reforma-agraria-denuncia-mst-em-coletiva/> Acesso em: 10 de out. de 2022

5. Alternativas populares ao domínio do poder corporativo: Políticas Climaticamente Inteligentes x propostas dos movimentos sociais

Em um contexto de crise econômica e desmonte de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os projetos da economia verde acabaram se convertendo em uma fonte de renda para muitas famílias. Isso colocou na pauta dos movimentos sociais e das organizações com uma visão crítica à economia verde o debate sobre o que fazer.

Pensando nessa questão, o Grupo Carta de Belém realizou em 2013 o seminário “Visões Alternativas aos Pagamentos por Serviços Ambientais”, com o objetivo de discutir como esses projetos chegavam na vida concreta das comunidades e como iríamos enfrentá-los. A discussão mostrou que há muitas diferenças entre os projetos de PSA, assim como entre as regiões, e que, portanto, é difícil assumir uma posição uníssona contrária a eles.

A conclusão bastante resumida desse debate complexo e cheio de contradições foi a de que, **frente aos projetos ligados à precificação e à financeirização da natureza, é necessário propor alternativas em que o cuidado com o meio ambiente esteja ligado com a promoção da soberania alimentar e energética e não com atividades de prestação de serviços ambientais.** Dessa maneira, questiona-se a lógica da compensação, que acaba autorizando a continuidade da destruição em outros territórios.

O debate realizado pelo grupo Carta de Belém resultou em elementos e propostas para uma política ambiental guiada pela manutenção dos modos de vida e pela garantia dos direitos dos povos e comunidades. Abaixo elencamos os principais aspectos de uma política ambiental desde os povos discutidos pelo grupo:

- Promoção da agroecologia e da soberania alimentar
- Participação popular
- Superação da burocracia
- Planejamento e fiscalização das ações executadas

- Geração de renda a partir da produção de alimentos
- Reforço das práticas de solidariedade de sustento
- Incentivo aos sistemas produtivos com manejo e uso sustentável dos bens comuns
- Incentivo ao manejo comunitário autônomo e fortalecimento dos modos de vida das comunidades
- Defesa do acesso, uso coletivo e regularização fundiária dos territórios

Em relação aos programas e políticas públicas a implementar, foram feitas as seguintes propostas:

- Adoção de programas de incentivo diretos e indiretos aos sistemas produtivos
- Implementação de programas de transição ou reconversão agroecológica e criação de fundos específicos e permanentes para tais iniciativas
- Benefícios a quem preserva como, por exemplo, porcentagem maior para venda de alimentos da agricultura familiar

Propostas desde o feminismo

Desde as mulheres e a economia feminista, acrescentamos propostas ligadas ao reconhecimento, redistribuição e valorização do trabalho das mulheres nos agroecossistemas, mostrando como, ao mesmo tempo, elas defendem seus territórios e reproduzem a vida.

A partir da experiência do grupo de trabalho (GT) Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) com as Cadernetas Agroecológicas, identificamos e mensuramos a imensa contribuição econômica e social das mulheres na agroecologia, que se dá principalmente na agricultura para autoconsumo realizada nos quintais. O instrumento das cadernetas possibilitou mostrar também a contribuição das mulheres na garantia da soberania alimentar de suas comunidades a partir de uma produção extremamente diversa. Isso coloca em questão a ideia de que a produção agrícola, para ser valiosa economicamente, precisa estar baseada na monocultura e em cultivos “carro-chefe.”

Assim, não só políticas de valorização das práticas produtivas, mas também políticas ligadas a uma reorganização e redistribuição do trabalho de cuidados são essenciais para as mulheres rurais. Elas envolvem tanto o compartilhamento de cuidados com os homens quanto com o Estado, a partir de políticas públicas como saúde, educação e assistência social.

Bolsa Camponês Guardião

Mais recentemente, no contexto das eleições de 2022, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) submeteu uma série de propostas aos candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT) aos governos do Estado de São Paulo e à presidência. Entre as propostas para o fortalecimento de assentamentos existentes, sugere-se a criação do programa “Bolsa Camponês

Guardião”, com o objetivo de recuperar e manter nascentes, realizar projetos de reflorestamento e de produção e distribuição de mudas¹².

A proposta acima ainda está em elaboração dentro do próprio movimento, mas já aponta para a necessidade de se ter políticas públicas de fomento voltadas para a conservação ambiental que tenham a agricultura familiar agroecológica como o sujeito político que deve ser reconhecido e valorizado no cuidado que realiza com a natureza, mantendo seu direito sobre o território e seus modos de vida garantidos.

PSA: tema a aprofundar

Ao mesmo tempo, vemos o estado de São Paulo aumentando as políticas públicas do PSA. Recentemente, foi lançado um edital da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura de São Paulo (Sima) que prevê cadastrar aldeias indígenas em programas públicos de PSA e se baseia na Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais, regulamentada em 2022. É provável que outros programas como esses venham a existir cada vez mais com base nesse novo marco legal. Assim, a existência de novos programas, as regras que os regem, os termos dos contratos, as disputas em torno deles e os impactos que causam nas comunidades devem continuar sendo objeto de atenção do conjunto dos movimentos sociais.

Acompanhar a formulação e implementação destas políticas é especialmente importante em um cenário em que a maior parte dos setores críticos ao modelo econômico neoliberal não se posicionam da mesma forma em relação aos projetos de Economia Verde ligados ao poder corporativo. Muitas lideranças desse setor têm inserido políticas para agricultura e meio ambiente baseadas na agricultura de baixo impacto, fomento aos pagamentos por serviços ambientais, ao mercado de carbono e às soluções baseadas na natureza em seus planos de governo. Para nós, isso demonstra o quanto a elaboração e atualização que os movimentos sociais têm feito há décadas sobre a crítica à Economia Verde precisa ser mais difundida e absorvida pelo campo progressista em geral, que ainda parece não ter um questionamento frontal à centralidade que o mercado vem assumindo na economia e na proteção ao meio ambiente.

Na Marcha Mundial das Mulheres e, em aliança com outros movimentos sociais do nosso campo, propomos que o debate sobre as mudanças climáticas se guie principalmente pela diminuição real das emissões de gases do efeito estufa e não no mercado de compensação. Isso significa implementar um outro modelo de produção e consumo, com iniciativas mais descentralizadas e em menor escala e baseado na lógica da Economia Feminista, colocando a sustentabilidade da vida no centro da economia e não o lucro das corporações empresariais. Por isso afirmamos: para o feminismo, o capitalismo não tem “eco”.

¹² MST. MST em SP entrega documento com proposta de Reforma Agrária Popular para Haddad. **Portal do MST**. Disponível em:

<https://mst.org.br/2022/07/04/mst-em-sp-entrega-documento-com-proposta-de-reforma-agraria-popular-para-haddad/> Acesso em: 10 de out. de 2022



Referências bibliográficas

BRENNAN, Brid; BERRÓN, Gonzalo; DRAGO, Martín; PARANHOS, Leticia (ed.). **Asalto al poder**: mapeo del multistakeholderismo en la gobernanza mundial. Amsterdam: Grupo de Trabajo de Los Pueblos Sobre Multistakeholderismo, 2021. Disponível em: <https://www.tni.org/en/node/25887>. Acesso em: 01 set. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a Outsider Within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, vol 31, n. 1, jan/abr 2016, p. 99-126.

GRISCOM, B. W. et al. “Natural climate solutions”. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, vol. 114, n. 44, p. 11645–11650, 2017.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 10 de ago. de 2022.

HOWARD, Patricia. **The Major Importance of ‘Minor’ Resources**: Women and Plant Biodiversity. International Institute for Environment and Development. 2003. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep01807>. Acesso em: 10 de out. de 2022

LANG, Chris; COUNSELL, Simon. “Offsetting fossil fuel emissions with tree planting and ‘natural climate solutions’: science, magical thinking, or pure PR?” **REDD-Monitor**. Disponível em: <https://redd-monitor.org/2019/07/04/offsetting-fossil-fuel-emissions-with-tree-planting-and-natural-climate-solutions-science-magical-thinking-or-pure-pr/>. Acesso em: 16 de set. de 2021

LOPES, Fernando. ReNature e cooperativa de Tomé-Açu geram créditos de carbono em marketplace do Rabobank. **Valor Econômico**, 2021. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Pnm-rx1gGGWJ:https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2021/08/17/renature-e-cooperativa-de-tome-acu-geram-creditos-de-carbono-em-marketplace-do-rabobank.ghml&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d>. Acesso em: 08 de set. de 2022.

SCHMIDLEHNER, Michael F.. SBN: Arma milagrosa ou “solução final”? In: TELES, Dercy. **Golpe Verde**: falsas soluções para o desastre climático. Rio Branco: Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Amazônia Oriental; Amigos da Terra Brasil; World Rainforest Movement (Wrm), 2021, p. 21-29. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/02/golpe-verde-cimi-ao.pdf>. Acesso em: 5 de ago. de 2022.

YAWANAWA, Letícia *et al.* 10 anos do REDD+ no Acre e seus impactos sobre mulheres indígenas e extrativistas. In: MONJANE, Boaventura *et al.* **15 Anos de REDD**: um esquema corrompido em sua essência. Montevideu: WRM, 2022, p. 45-51. Disponível em: https://www.wrm.org.uy/sites/default/files/2022-06/REDD_15_anos_PT.pdf. Acesso em: 1 de jul. de 2022.

Anexo

Condições e diretrizes para a elaboração e estruturação de políticas públicas e programas socioambientais de incentivo à conservação ambiental e produção agroextrativista com foco na agricultura familiar e camponesa e dos modos de produção extrativistas, dos quilombolas, povos indígenas e comunidades tradicionais¹³.

Políticas públicas de cuidado com o meio ambiente devem ser estruturantes, de forma que o meio ambiente seja pensado em sua relação com a produção e a soberania alimentar em vez de focar na atividade de prestação de serviços ambientais.

Qualquer política e programa deve garantir a participação popular, com informações técnicas mas em linguagem simples.

Superação da burocracia dos convênios, contratos e do sistema bancário, de forma a facilitar o acesso às políticas públicas de desenvolvimento agrário, agroecologia, soberania alimentar e de acesso à terra e defesa dos territórios.

Incentivos devem ter como sentido o apoio ao cuidado com a natureza e não a lógica do fornecedor-recebedor e poluidor-pagador, que legitima a ideia de compensação.

Incentivos devem apoiar práticas que promovam a sustentabilidade da vida, ou seja, as práticas e processos naturais que geram a vida e que não são passíveis de serem medidos. Assim, os mesmos não devem optar por nenhuma métrica de valor ou ter como base uma medição.

Políticas e programas devem promover o cuidado com a natureza e desincentivar a destruição. Por isso, não devem estar vinculadas à compensação ambiental, que autoriza a continuidade do dano ambiental e social em outro lugar, tampouco podem ser igualadas a políticas de transferência de renda.

Construir formas de incentivo que não exijam condicionalidades. Se estas forem necessárias, deve-se articular processos que sejam monitorados e auto regulados pelas próprias comunidades (acordos comunitários, autocertificação, certificação participativa etc.) e que não criminalizem as mesmas.

¹³ Síntese realizada com base nos elementos apresentados de maneira muito mais extensa na publicação “Visões Alternativas aos Pagamentos por Serviços Ambientais”. *Caderno de Debates*, n. 3, 2016, do Grupo Carta de Belém/FASE. Disponível em: <https://www.cartadebelem.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Livro-caderno-de-debates-PSA-3-FASE-online-completo.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2022

Incentivos não devem substituir as políticas de comando e controle, ou seja, deve-se manter a fiscalização para o devido cumprimento da lei. Sem comando e controle, só com incentivos, é como se pagássemos para cumprir a lei.

A geração de renda deve vir do processo produtivo, com fornecimento de incentivo para fortalecer e propiciar o processo de transição do sistema de produção, visto que pode ser difícil iniciar tal processo dado seu ritmo gradual.

Políticas e programas devem reforçar práticas solidárias de sustento, para além do crédito às organizações institucionalizadas, atingindo também grupos populares informais.

O foco deve estar nos sistemas produtivos e no manejo e uso sustentável dos bens comuns, tendo como eixo o trabalho desenvolvido pelas famílias, seus modos de vida e conhecimentos tradicionais e não os serviços ecossistêmicos e a compartimentalização dos componentes da biodiversidade. Ou seja, deve-se focar em promover a agroecologia e o cuidado integral com a natureza, que são ações mais efetivas do ponto de vista social e ecológico, do que focar em partes separadas da natureza (como o carbono nos projetos de REDD+ ou a polinização em programas de PSA).

Políticas e programas devem fomentar experiências de manejo comunitário autônomo, de forma que as relações de trabalho não levem à desvinculação da produção com a terra, fortalecendo a reprodução dos modos de viver. Da mesma forma, essas políticas e programas devem levar em conta especificidades regionais.

Políticas e programas devem, antes de tudo, permitir a defesa dos territórios, no sentido de garantir o acesso, o uso coletivo e a regularização fundiária.

Proposições de instrumentos para programas e políticas públicas

Os incentivos a sistemas produtivos com base na proteção dos bens comuns e na garantia da terra podem ser diretos ou indiretos. Alguns incentivos indiretos, que foram apresentados e discutidos nas oficinas como programas a serem promovidos, são: rebate/desconto no pagamento do crédito, pagamento diferenciado nas compras públicas, políticas de preço mínimo diferenciada, redução de impostos, ampliação do tempo de concessão de uso para as Reservas Extrativistas (RESEX), entre outros.

Programas de transição agroecológica, com fomento para a estruturação de sistemas produtivos agroecológicos, como os sistemas agroflorestais – SAFs, práticas de agricultura e manejo de solo tradicional quilombola e indígena, políticas de comercialização e logística para abastecimento. É preciso que haja previsão de diferenciação no acesso às políticas públicas para os produtores que queiram ou já estejam engajados no processo de transição agroecológica.

Incentivar quem preserva por meio de benefícios em políticas públicas existentes como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio de um aumento das porcentagens no valor da compra dos alimentos da agricultura familiar que realiza sua produção em sistema agroflorestal e/ou que tem mais áreas preservadas ou em processo de recuperação.

Construção de fundos específicos, permanentes, com controle social, voltados para iniciativas de transição ou conversão agroecológica, de garantia da soberania alimentar e alimentação adequada, com recursos públicos para agricultores familiares e camponeses, extrativistas, quilombolas, povos indígenas e comunidades tradicionais.

